

Seis horas: confronto nos corredores

BRASÍLIA — As discussões sobre o turno de revezamento de seis horas atraíram a Brasília representantes de trabalhadores e empresários. De manhã, os Presidentes dos Sindicatos dos Metalúrgicos e dos Eletricitários de São Paulo, Luís Antônio Medeiros e Rogério Magri, estiveram com o Presidente da República em exercício, Ulysses Guimarães, para pedir a manutenção dos direitos sociais e trabalhistas aprovados no primeiro turno de votações da Constituinte. A tarde, foram para o prédio do Congresso.

Com táticas diferentes, eles acompanharam os debates no auditório anexo ao gabinete da Liderança do PMDB, onde estavam reunidos os Líderes partidários. Os trabalhadores fizeram verdadeiro comício, enquanto os empresários procuraram contatos com parlamentares.

Com faixas, camisetas e bonés que pediam o turno de seis horas, representantes dos Sindicatos de Petroleiros do Rio de Janeiro, Metalúrgicos do Rio Grande do Sul e Papaleiros de São Paulo chegaram a realizar um debate com o Deputado

João Paulo (PT-MG), sindicalista e autor da emenda que introduziu o turno de seis horas no projeto de Constituição. Eles não aceitavam a supressão da palavra "máxima", que, diziam, admitiria a elevação do turno para oito horas, através de horas extras. João Paulo os tranquilizou, afirmando que a jornada de seis horas ficaria garantida mesmo com a supressão daquela expressão.

Pela manhã, João Paulo recebera em seu gabinete os empresários Antônio Raton, do Grupo Mennesman, e Peter Rosenfeld, do Grupo Gerdau. Os dois defenderam a supressão total do dispositivo. A tarde, os empresários estiveram com o Senador Marco Maciel (PFL-PE) e com o Deputado José Bonifácio (PDS-MG). Mas negaram que estivessem acompanhando as discussões:

— Estamos aqui apenas como curiosos — afirmou Antônio Raton.

Segundo informou João Paulo, também estiveram no Congresso representantes da Usiminas e Belgo Mineira, empresas siderúrgicas contrárias ao turno de seis

horas. Em reunião que será realizada hoje pela manhã, constituintes sindicalistas tentarão novamente chegar a um acordo. Será analisada uma proposta do Deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), que fixa a jornada em 40 horas semanais — intermediária entre as 48 semanais (oito horas diárias) e as 33 horas semanais (seis horas diárias). Os empresários garantiram que não aceitam essa alternativa.

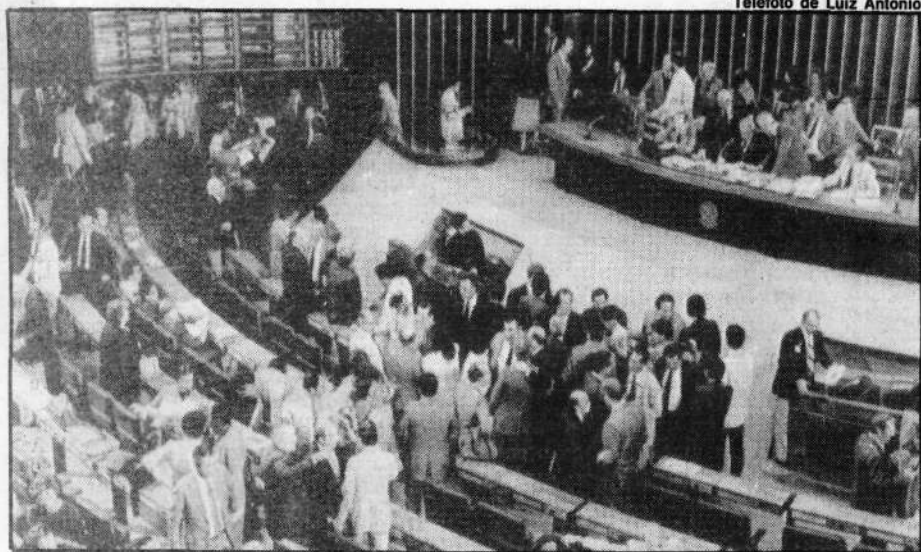
João Paulo defende as seis horas, argumentando que esta alteração implicará aumento de 0,57 por cento no custo do produto. Ponte contesta este número e apresenta outros argumentos contra as seis horas. Afirma, por exemplo, que o salário pago atualmente a três trabalhadores será dividido entre quatro com a nova jornada:

— O que reduz a pobreza é o aumento da produtividade, e isto não ocorrerá. Teremos apenas mais gente para fazer o mesmo serviço. Isto representa a perpetuação da miséria.

Impasse em 5 pontos atrasa Direitos Sociais

BRASÍLIA — Fortes divergências quanto ao turno de seis horas, a remuneração das horas extras, a licença-paternidade, o direito de greve e a imprescritibilidade das ações trabalhistas continuam a atrasar a votação dos direitos sociais do projeto de Constituição. Em consequência, o capítulo só deverá ser votado na semana que vem, quando um grande número de sindicalistas, convocados para o Plenário Nacional Sindical — marcado para quarta-feira — estará em Brasília.

Ontem, os Líderes só chegaram a acordo sobre temas menos relevantes, como o seguro-desemprego; o salário mínimo; participação dos trabalhadores nos órgãos colegiados e eleição de delegado sindical nas empresas com mais de 200 empregados. As negociações continuam hoje de manhã.



Telefoto de Luiz Antonio

Apesar da presença de muitos Constituintes não houve número para votação

Falta de quorum impede votação

BRASÍLIA — O atraso de sete Constituintes impediu que houvesse votação ontem na Constituinte. O Senador Mauro Benevides (PMDB-CE), no exercício da presidência, encerrou a verificação de quorum quando o painel eletrônico registrava o comparecimento de 273 parlamentares. A lista de presença fora assinada por 18 Constituintes que não chegaram a tempo de acionar o painel, o que aumentaria o número para 291, 11 a mais do que o necessário para a votação.

Até a verificação de quorum, às 15h15m, 22 Constituintes discursaram, a maioria para fazer a mesma reclamação: não basta a presença de 280 parlamentares para a votação; é necessário também o comparecimento do Presidente

Ulysses Guimarães.

O Deputado Victor Faccioni (PDS-RS) protestou contra a forma centralizadora de Ulysses conduzir os trabalhos, o que impede que os demais membros da Mesa dirijam de fato as votações. Por isso, o Deputado Adylson Motta (PDS-RS) pediu que a Mesa cancelasse as sessões marcadas para esta semana. Segundo ele, como não haverá sessão sexta-feira, a Constituinte acabaria tendo apenas o dia de amanhã para votar, pois muitos parlamentares viajarão a seus Estados para as convenções municipais. O Deputado Amaury Muller (PDT-RS) também se queixou: para ele, o trabalho das lideranças, fazendo reuniões sucessivas para conseguir acordos e apressar as votações, não é correspondido pelo plenário.

Sabóia: benefícios que oneram País devem cair

SALVADOR — O Ministro da Marinha, Almirante Henrique Sabóia, acredita que a nova Constituição atenderá aos interesses de toda a sociedade brasileira desde que alguns pontos, que considera imperfeitos, sejam modificados no segundo turno. Ele espera que sejam avaliados os custos das vantagens sociais concedidas no primeiro turno, com a identificação das fontes de recursos, a fim de evitar problemas futuros:

— Não acredito que o projeto seja aprovado como está. Muitos pontos serão alterados, porque mesmo tendo sido incluídos com a melhor das intenções, poderão

criar sérias dificuldades econômicas para o País.

Ele criticou especificamente o artigo 23 das Disposições Transitórias, que restabelece uma série de privilégios para os funcionários públicos civis e militares aposentados ou que tenham pedido transferência para a reserva. De acordo com o projeto aprovado, esses funcionários gozariam de todos os benefícios da lei em vigor na época de sua admissão, até promoções. Para o Ministro, a volta de privilégios suprimidos por serem inadequados só trará prejuízos à sociedade.